



CONSELHO GERAL

ATA N.º 2/2012

Reunião Extraordinária do Conselho Geral

_____No dia trinta de março de dois mil e doze, pelas onze horas, reuniram-se na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, por convocatória do seu Presidente, Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, com a seguinte agenda:_____

- _____1. Votação da ata da reunião de 9 de dezembro de 2011._____
- _____2. Votação da ata da reunião de 12 de janeiro de 2012._____
- _____3. Informação sobre o pedido de autorização para obtenção de um empréstimo bancário, apresentado ao Ministério da Educação e Ciência e Ministro das Finanças: documentação enviada e ponto da situação._____
- _____4. Análise da situação financeira da Universidade dos Açores e perspetivação das linhas de orientação preconizadas para alteração orçamental em dois cenários: a) aprovação do empréstimo solicitado e b) não aprovação do empréstimo._____
- _____5. Situação do processo de fecho e certificação de contas; perspetivas e justificação do adiamento._____
- _____6. Registos preliminares de execução orçamental e saldos das unidades orgânicas e serviços._____
- _____7. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores._____

_____Estiveram presentes os seguintes membros:_____

_____Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba;_____

_____Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral;_____

_____Doutor Carlos Fernando Mimoso Vouzela;_____

_____Doutora Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha;_____

_____Doutora Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz;_____

_____Doutor Mário José Amaral Fortuna;_____

_____Dr. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa;_____

_____Dr. Roberto Sousa Rocha Amaral;_____

_____Estiveram igualmente presentes o Magnífico Reitor, o Vice-Reitor para a Área Administrativa e o Administrador da Universidade dos Açores._____

_____Não estiveram presentes os doutores Mário Alexandre Pousão da Costa Gata e Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho, os estudantes Jorge Miguel Braga Ferreira e Luís Paulo Ramos Freitas, bem como os Drs. Delmar António de Sousa Bizarro e Mário António da Mota Mesquita, tendo qualquer um deles justificado a sua ausência antecipadamente._____

_____Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão._____

_____Não havendo propostas de alteração, a ata da reunião de nove de dezembro de dois mil e onze foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade._____



_____ Não havendo propostas de alteração, a ata da reunião extraordinária de doze de janeiro de dois mil e doze foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

_____ Na sequência do pedido de autorização para obtenção de um empréstimo bancário, apresentado ao Ministério da Educação e Ciência e ao Ministro das Finanças, o Magnífico Reitor deu conhecimento aos conselheiros do contacto que estabeleceu com o Ministro da Educação antes do envio do pedido, bem como do parecer positivo por parte do GPEARI (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais) a propor, em alternativa ao empréstimo bancário, que fosse concedido um adiantamento à Universidade dos Açores equivalente ao montante que pretendiam pedir, devendo o mesmo ser posteriormente deduzido dos duodécimos, num prazo de seis anos. Informou ainda que, quando há cerca de duas semanas os Reitores foram recebidos pelo Primeiro-ministro, devido à Lei dos Compromissos, no final da reunião teve oportunidade de falar com o Primeiro-ministro sobre a situação da Universidade dos Açores, tendo tomado conhecimento de que o processo já tinha sido remetido para o Secretário de Estado do Orçamento. _____

_____ A informação dada pelo Magnífico Reitor foi reforçada pelo Vice-Reitor, que salientou a importância de a Universidade dos Açores ter de assumir o compromisso de que vai cumprir com a Lei dos Compromissos. _____

_____ Em relação à solução alternativa ao pedido de empréstimo, o senhor Administrador esclareceu que a diminuição do prazo para seis anos tem a ver com a taxa de esforço e com o prazo que a Universidade estava disposta a cumprir se pedisse o empréstimo bancário. Perante a dúvida levantada pelo doutor Mário Fortuna acerca das dívidas de dois mil e onze, explicou que, a nível de pagamentos, vão ser pagas despesas de dois mil e onze em dois mil e doze, mas, em termos de contabilidade, o exercício de dois mil e doze vai ter de ser coberto com as receitas de dois mil e doze, não sendo necessário orçamento rectificativo de 2011. _____

_____ Aberto um período de intervenções, o doutor Alfredo Borba levantou várias questões, nomeadamente no que diz respeito à Lei dos Compromissos e ao que está a ser feito em relação ao assunto, pretendendo saber qual o plano da Reitoria para cumprir com esta Lei, tendo salientado que existe uma falta de informação muito grande e que as pessoas têm de saber da situação da Universidade e o porquê das não obtenções de resposta aos pedidos de pagamento enviados à Administração. Aproveitou ainda para fazer um alerta em relação aos projetos que saíram da Universidade, alegando que uma grande parte das receitas vem dos *overheads* destes projetos e que, a deixarem de existir projetos, irão perder as receitas daí provenientes. Por fim, lamentou o facto de se verificarem demoras nas distribuições do e-doc e nos devidos seguimentos. _____

_____ O senhor Administrador esclareceu que tudo tem a ver com os fundos disponíveis e com a Lei dos Compromissos, pois a Universidade dos Açores não pode assumir compromissos sem ter fundos disponíveis, daí os processos serem demasiado morosos e não poderem avançar com a rapidez com que desejariam. Em relação à demora na resposta do e-doc, explicou que foi feita uma alteração no próprio e-doc a nível de propostas de despesas, para ajustamento a uma Lei, o que permite fazer primeiro uma triagem e distinguir as várias etapas dos processos, evitando assim os



procedimentos anteriores, em que as propostas de despesas eram automaticamente cabimentadas, cativando os fundos disponíveis._____

_____A doutora Gilberta Rocha salientou a importância de uma explicação a toda a comunidade académica, que transmita com clareza o que está a ser feito, para atenuar o descontentamento geral que se está a verificar devido à falta de informação._____

_____O doutor Carlos Vouzela chamou a atenção para o facto de existirem projetos com boas possibilidades de conseguirem verbas, mas que acabam por não serem concretizados por que os investigadores evitam assumir compromissos com receio de não poderem cumpri-los na íntegra._____

_____Em relação ao Memorando apresentado, o doutor Carlos Amaral considerou tratar-se de um documento importantíssimo e gravíssimo, mas que não passa de um diagnóstico, tendo estranhado que o mesmo não tenha sido acompanhado de um outro documento, com propostas concretas sobre o que irá ser feito. Em relação aos projetos de investigação, salientou que a Instituição é que é a principal responsável pelos projetos de investigação em curso e não os docentes/investigadores. Para justificar a sua afirmação, deu como exemplo a demora no pagamento do reembolso de um projeto financiado pela Agência Nacional PROALV, ao qual esteve diretamente ligado, acrescentando que, apesar de a situação já estar resolvida, é preciso evitar situações semelhantes, pois a falta de cumprimento pode originar a devolução do financiamento na totalidade, pondo em risco não só os próprios projetos, mas também projetos futuros. Chamou igualmente a atenção para a questão das passagens e para a necessidade de haver maior agilidade nestes processos, salientando que a morosidade que se tem verificado pode encarecer os orçamentos dos projetos no que diz respeito às viagens. Ainda em relação à investigação, alertou para a necessidade de se dar mais importância ao que é feito a nível da investigação como contributo para a Universidade e para a necessidade de se confrontar as unidades orgânicas com a nova realidade, exigindo contenção por um lado, mas salvaguardando que quem produz consiga fazê-lo com o mínimo de qualidade. Por fim, afirmou que a Universidade tem um quadro de pessoal docente/não docente desajustado e que tem de ser solucionado._____

_____O Vice-Reitor recordou que a Universidade, como serviço do Estado, está sujeita a todas as Leis, o que obriga a que todas as aquisições tenham de ser acompanhadas das respetivas requisições oficiais e que as despesas só possam ser cabimentadas se houver fundos disponíveis._____

_____Em relação à investigação, o senhor Administrador esclareceu que a questão dos fundos disponíveis não é uma imposição da Universidade, mas sim da Lei que é imposta à Universidade, mesmo que tal acarrete alguns problemas para a investigação, tendo acrescentado que o prejuízo para a investigação deve-se ao facto de muitos dos projetos só serem reembolsados após o final do período contratual, não sendo permitidos pagamentos antecipados, exceto em alguns casos como o da Fundação para a Ciência e Tecnologia._____

_____O Dr. Roberto Amaral recordou que, no caso concreto da Universidade e cingindo-se à situação atual da Universidade, o que se passa é que antes havia dívida e saldo e agora continuamos a ter dívidas, mas não temos saldo, sendo fundamental haver



informação clara para que as pessoas tenham consciência da situação. A nível de gestão apontou para a necessidade de haver uma separação rigorosa entre o que foi feito em dois mil e onze e o que irá ser feito em dois mil e doze. Agora que as regras estão melhor definidas há que haver uma difusão do que vai ser feito, devendo a Administração promover reuniões com os próprios departamentos, à medida que cada mês esteja fechado, e receber algum *feedback* por parte das unidades orgânicas. Quanto à cabimentação e à gestão de tesouraria, há que haver uma imposição de regras que têm de ser obrigatoriamente cumpridas, de modo a que a Universidade possa igualmente cumprir com a Lei dos Compromissos.

O doutor Mário Fortuna salientou a falta de informação de execução orçamental por parte da Administração/Reitoria em relação às unidades orgânicas que não fazem a mínima ideia do que geraram e do que gastaram. Referiu ainda a necessidade de se fazer uma reunião para se debater/informar sobre o assunto, pois, segundo afirmou, é preciso gerir a Universidade com os mecanismos existentes, ou seja, com a participação das unidades orgânicas, que têm de ser responsáveis pelos seus próprios orçamentos.

O Magnífico Reitor justificou a falta de informação à comunidade académica, explicando que pretendia fazê-lo, mas só depois de ter a certeza do que iria acontecer com o empréstimo. Em relação à situação do empréstimo, informou que irão ser feitas várias reuniões, primeiro com a Administração e de seguida com as unidades orgânicas. Quanto à informação sobre os balancetes para os departamentos, explicou que houve necessidade de se reestruturar o sistema informático, tal como estava previsto no seu programa de candidatura, no sentido de todos os departamentos terem acesso *online* aos seus projetos, para não terem de esperar pelos balancetes mensais.

Sobre a questão da falta de informação sobre a situação da Universidade, o Vice-Reitor recordou que, em finais de dois mil e onze, enviou uma mensagem a toda a comunidade académica, informando da situação, e que, apesar do alerta que foi feito, ainda se verificaram situações de 'ilegalidade', ou seja, faturas que foram enviadas à Universidade sem estarem acompanhadas das respetivas requisições.

Sobre a mensagem enviada pelo Vice-Reitor em finais de dois mil e onze, o doutor Alfredo Borba fez notar que a informação à Universidade é fundamental, mas não apenas a que foi enviada pelo Vice-Reitor, em muito semelhante à que tem sido enviada em anos anteriores, tendo apontado para a importância de se esclarecer as pessoas sobre o porquê dos despachos que foram dados e dos que não foram dados, e para o cuidado que se deve ter com casos iguais que não devem ter despachos diferentes. Por fim, alertou para a existência de protocolos assinados com entidades do exterior, para cursos a serem ministrados pelas unidades orgânicas, quando as próprias unidades orgânicas não têm conhecimento destes protocolos.

A doutora Gilberta Rocha acrescentou que não basta enviar legislação. Há que saber como é que foi entendida a mensagem e tentar passar a mensagem de uma forma mais clara, para que todos a possam compreender, pois uma grande parte das pessoas ainda não percebeu a situação em que estamos a viver, salientando que nem todos os departamentos têm pessoal formado em gestão e que, quando se veem perante



determinadas situações, nem sempre conseguem compreendê-las nem solucioná-las da melhor forma, por não terem formação na área. Daí considerar ser mais rentável que, junto dos departamentos, houvesse o apoio técnico na parte da Comissão de Gestão Administrativa.

Tendo em conta que, no momento presente, as unidades orgânicas não sabem qual o seu desempenho em finais de dois mil e onze ou início de dois mil e doze, o doutor Mário Fortuna apontou para a necessidade de receberem balancetes mensais, de modo a que possam gerir mês a mês os seus projetos, tendo acrescentado que, a haver empréstimo, tal não dispensa um processo de revisão orçamental.

Concordando com o que foi dito nas intervenções anteriores, o Dr. Roberto Amaral apelou para a urgência de um orçamento retificativo.

No final da primeira ronda de intervenções o Magnífico Reitor informou que até ao dia quinze de abril vão ser enviados balancetes com dados até março e que, posteriormente, passarão a ser enviados mensalmente. Em relação à questão das passagens esclareceu que, a partir deste ano, a Universidade terá de trabalhar obrigatoriamente com a Agência Nacional de Compras Públicas, onde estão agrupadas as agências de viagem Abreu, Tui e Top Atlântico, e que todas as compras das passagens têm de ser feitas através desta Agência.

Os trabalhos foram interrompidos para almoço às treze horas e vinte minutos, tendo sido retomados pelas catorze horas e cinquenta e cinco minutos.

Aberta uma segunda ronda de intervenções, o doutor Mário Fortuna apontou para a necessidade de se seguir uma política de planeamento, com o envolvimento efetivo de todas as unidades orgânicas e de todos os centros afetos aos departamentos, e de se avançar para a execução plena do que está previsto nos Estatutos, sugerindo uma revisão orçamental que permita perspetivar um ligeiro excedente para se conseguir repor algumas reservas importantes para a execução da investigação, cujos recebimentos são feitos contra recibo comprovativo de pagamento. Sugeriu igualmente que saia uma deliberação do Conselho Geral nesse sentido, para que a Reitoria possa avançar com o processo.

Considerando essencial salvaguardar o aspeto indicado pelo doutor Mário Fortuna, o doutor Carlos Amaral mostrou-se, no entanto, preocupado com a circunstância da Universidade e com a continuidade da instituição enquanto Universidade, que, segundo afirmou, não se afere por critérios empresariais, nem se deve situar neste contexto, sendo necessário acrescentar à dimensão financeira a dimensão científica. Considerou igualmente que é da mais elementar racionalidade que a investigação não seja colocada em instituições fora da Universidade, pois mais grave do que colocar projetos na Fundação Gaspar Frutuoso é colocá-los fora da Universidade. Daí ser urgente que a Reitoria apresente medidas e propostas concretas.

Tendo em conta que muitos projetos foram direcionados para a Fundação Gaspar Frutuoso, o doutor Alfredo Borba mostrou a sua preocupação e interesse em relação à verdadeira situação financeira da Fundação. Quanto à desmotivação que se tem verificado no pessoal docente e não docente, acrescentou que cada vez mais se



verifica que as pessoas não se sentem motivadas para se dedicarem inteiramente à Instituição. _____

_____ No que diz respeito aos projetos que são colocados na Fundação, a doutora Gilberta Rocha disse tratar-se de uma questão de opção, muitas vezes devido à natureza dos próprios projetos, não vendo desonestidade em haver projetos na Fundação. Apesar de achar que há muita injustiça de situações, considera mais injusto fazerem trabalhos fora da Universidade com dinheiro da Universidade, pelo que seria interessante perceber se as pessoas fazem investigação fora da Universidade sem trazerem financiamento para a Universidade. _____

_____ O Magnífico Reitor esclareceu que atualmente a Fundação Gaspar Frutuoso pode estar em dificuldades, devido aos atrasos nos pagamentos da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Recordou que, por se tratar de uma Fundação, tem mais facilidades que a Universidade, daí muitos projetos terem sido direcionados para a Fundação, ao que o doutor Mário Fortuna reagiu, dizendo que, na situação crítica em que a Universidade se encontra, é inaceitável que outros projetos estejam a fugir para a Fundação, para verem resolvidos os seus problemas. Segundo a doutora Gabriela Queiroz, existem muitas realidades diferentes, pelo que estas situações deveriam ser vistas ao pormenor, caso a caso. Da mesma opinião se mostrou o doutor Alfredo Borba, acrescentando que, existindo muitos departamentos com vários centros na Fundação, a Universidade tem de arranjar maneira de se ressarcir dos *overheads* da Fundação para benefício dos respetivos departamentos. Relativamente às pessoas que trabalham na Universidade com projetos fora da Universidade, o Magnífico Reitor informou que parte do financiamento reverte para a Instituição, servindo para reforçar os custos do próprio investigador ou para apoiar o respetivo centro de investigação. _____

_____ No final da segunda ronda de intervenções, o doutor Mário Fortuna apresentou uma proposta, no sentido de a Reitoria dar início a um processo de revisão do orçamento de 2012 e apresentar uma perspetiva orçamental a quatro anos, conforme está previsto nos Estatutos da Universidade. _____

_____ O doutor Carlos Amaral concordou com a proposta, desde que um exercício desta natureza também tenha em conta a dimensão da investigação e haja uma preocupação de ordem científica, para não por em causa a própria dignidade da instituição. _____

_____ O Magnífico Reitor também se mostrou de acordo, dizendo que a exequibilidade da proposta do doutor Mário Fortuna tem toda a razão de ser e que a quinze de abril vão enviar balancetes com dados até março, para que, com base nessa informação, possam prever o que se vai fazer. _____

_____ Antes de se proceder à votação da proposta, o Vice-Reitor alertou para duas situações que deverão ser tidas em conta: i) endividamento do passado, que tem implicações a nível do orçamento; ii) necessidade de se libertar fundos no orçamento para garantir a sobrevivência a médio prazo. _____

_____ Posta à votação, a proposta do doutor Mário Fortuna foi aprovada por unanimidade. _____



_____ Apesar de os assuntos constantes no ponto 5. já terem sido de algum modo tratados aquando da discussão dos dois pontos anteriores, o senhor Administrador acrescentou que foi feito um pedido de adiamento do fecho de contas por trinta dias, tal como já se fez anteriormente, e que os adiamentos normalmente são aceites pelo Tribunal de Contas, desde que devidamente fundamentados. _____

_____ Em relação ao ponto 6., e considerando que os registos preliminares também são instrumentos de trabalho, o doutor Mário Fortuna recomendou o envio para as unidades orgânicas do que já existe sobre as mesmas, para terem oportunidade de verificar se os registos estão corretos. _____

_____ Aproveitando o período de intervenções destinado a outros assuntos, o doutor Mário Fortuna apelou para a necessidade de haver acertos substanciais nas despesas, dando como exemplo a rubrica sobre pessoal além quadro e a situação de exclusividade, temas que deveriam ser colocados na discussão com as unidades orgânicas. _____

_____ Em relação ao anexo II, o senhor Administrador aproveitou para esclarecer a estratégia interna como foi elaborado o referido mapa, explicando que o que nele está refletido é o impacto decorrente das aposentações das pessoas que estão na idade da reforma. Sobre a questão das aposentações, os doutores Alfredo Borba e Carlos Amaral mostraram a sua preocupação, na medida em que esta situação poderá por em causa a própria investigação. _____

_____ O Presidente do Conselho Geral fez um alerta para o facto de as atas continuarem a estar disponíveis apenas no moodle, quando também deveriam ser disponibilizadas e publicadas na página da Universidade, acompanhadas dos respetivos documentos anexos, tendo informado que o assunto já foi tratado com o senhor Reitor no sentido de tal ser cumprido, dentro dos termos da Lei. _____

_____ Em relação à data para a realização da próxima reunião, o Presidente do Conselho Geral informou que a mesma deverá ter lugar na semana de vinte de maio, explicando que só nesta altura é que a Administração terá condições para entregar a documentação necessária para a reunião. _____

_____ Não se prevendo mais nenhuma reunião extraordinária, aproveitou para colocar à consideração dos conselheiros a hipótese de reuniões por videoconferência, tendo em conta os custos das deslocações. Dadas as circunstâncias técnicas existentes nos diferentes polos, o doutor Carlos Amaral concordou com a proposta, considerando, no entanto, que tal situação pode ser bastante penalizadora para quem não está presente, principalmente quando se trata de uma reunião para discussão, análise e debate. Da mesma opinião se mostrou o doutor Mário Fortuna, dizendo que, apesar de ser a favor da poupança, existem assuntos que devem ser discutidos presencialmente. Segundo a doutora Gilberta Rocha, o assunto deve ser ponderado, na medida em que existem sistemas que permitem videoconferências, achando constrangedor ver que, em determinadas situações, como por exemplo provas académicas, se tenha de recorrer à videoconferência, quando o próprio Conselho Geral não dá o exemplo. _____

_____ Por fim, com base na sugestão apresentada pelo Dr. Mário Mesquita no final da votação da reunião anterior, no sentido de se repensar a Universidade dos Açores, o Presidente do Conselho Geral sugeriu aos conselheiros que lhe parecia ser útil que se



formasse uma comissão para se refletir sobre aquele tema, tendo os doutores Mário Fortuna e Gilberta Rocha mostrado a sua discordância, dizendo não fazer sentido criar mais uma comissão num órgão tão pequeno como o Conselho Geral. _____

_____ Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezassete horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei. _____

O Presidente do Conselho Geral: